

## SUMÁRIO

1. AUDITORIA INTERNA	1
2. ÓRGÃOS DE CONTROLE	2
3. ORÇAMENTO PÚBLICO	2
4. COMPRAS PÚBLICAS	2
5. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS	3
6. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS	3
7. EVENTOS E CAPACITAÇÕES	4
8. NORMAS, MANUAIS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	5

### 1. AUDITORIA INTERNA

[Resolução n. 46](#), de 29/08/2023. Aprova o Relatório Anual de Atividades - Exercício 2022 - da Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 3978](#), de 11/10/2023. Autoriza o deslocamento de servidores da unidade de auditoria interna para inspeção técnica na estrutura do Fórum Desembargador Aristóteles Lima Thury, na Comarca de Novo Airão/AM.

[Resolução n. 69](#), de 05/12/2023. Aprova o Plano Anual de Auditoria 2024 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

### 2. ÓRGÃOS DE CONTROLE

[Outorga de Uso de Recurso Hídrico n. 186](#), de 18/08/2023, entre o IPAAM e o TJAM, para captação subterrânea por poço tubular no Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcelos, Aleixo, na cidade de Manaus-AM.

### 3. ORÇAMENTO PÚBLICO

[Portaria n. 3828](#), de 27/09/2023-PTJ. Torna público o Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao 2º Quadrimestre de 2023.

[Portaria n. 3839](#), de 28/09/2023. Altera o detalhamento da despesa para o exercício de 2023, indicada no Anexo I desta Portaria.

[Portaria n. 4157](#), de 30/10/2023. Altera o Detalhamento da Despesa para o exercício 2023, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria.

[Resolução n. 60](#), de 28/11/2023. Aprova o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Regulamento de Custas Judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 65](#), de 05/12/2023. Altera a [Resolução TJAM n. 08/2021](#), acrescentando o parágrafo 4º ao art. 29 (conta depósito vinculada).

[Resolução n. 66](#), de 05/12/2023. Acrescenta o parágrafo sexto ao art. 2º da [Resolução TJAM n. 24/2023](#), a qual instituiu, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, as condições especiais de trabalho de servidores (as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como os que tenham filhos (as) ou dependentes legais na mesma condição.

[Lei n. 6.646](#), de 15/12/2023. Dispõe sobre o Regulamento de custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

#### **4. COMPRAS PÚBLICAS**

[Resolução n. 49](#), de 26/09/2023. Aprova a atualização do Plano de Obras de 2023, de acordo com seu Anexo.

[Resolução n. 52](#), de 16/10/2023. Aprova o Plano de Contratações Anual do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, referente ao ano de 2024.

[Portaria n. 4495](#), de 24/11/2023. Regulamenta a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas, adotando, no que couber, os critérios e procedimentos do Decreto Estadual nº 46.558, de 04/11/2022.

[Resolução n. 64](#), de 05/12/2023. Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/2021, estabelecendo normas e procedimentos para as contratações de bens, serviços e obras no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 68](#), de 05/12/2023. Altera o Plano de Contratações Anual do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, referente ao ano de 2024.

#### **5. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS**

Termos de reciprocidade com hospitais, clínicas, farmácias de manipulação, laboratórios e centro educacional, objetivando a concessão de descontos diferenciados para servidores e seus dependentes. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2023-1/acordos-convenios-e-congeneres-sem-repasse-de-valores/termo-de-reciprocidade-4>

[Convênio n. 003](#), de 09/10/2023, entre o Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil. Autoriza e regula a concessão de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, aposentados e pensionistas, além de oferta de crédito por meio de cartão de crédito consignado, com margem de 5% de acordo com o disposto em legislação federal.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

[Ato n. 692](#), de 14/09/2023. Autoriza a movimentação horizontal e vertical na carreira dos servidores e servidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Ato n. 705](#), de 19/09/2023. Atos de exoneração e nomeação para cumprimento da [Resolução TJAM n. 29/2023](#).

[Portaria n. 3731](#), de 19/09/2023. Designação de função gratificada de Assistente de Secretário, para cumprimento da [Resolução TJAM n. 29/2023](#).

[Portaria n. 3722](#), de 18/09/2023. Elogia os servidores que trabalharam no apoio ininterrupto durante a Inspeção do Conselho Nacional de Justiça junto ao TJAM.

[Portaria n. 3757](#), de 21/09/2023. Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Veda a movimentação de servidores das unidades judiciais de primeiro grau para as unidades administrativas vinculadas à Presidência, ressalvado os casos de permutas autorizadas pela chefia imediata.

[Ato n. 713](#), de 22/09/2023. Reenquadramento Funcional. Nota Técnica de Controle Interno n. 48/2019.

[Ato n. 714](#), de 22/09/2023. Retificação do Ato de Aposentadoria n. 134/2021-PTJ, nos termos do Acórdão TCE n. 1219/2020.

[Edital n. 49](#), de 22/09/2023. Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio. Inclusão de candidata *sub judice* no resultado final do procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros e no resultado final do concurso público.

[Edital n. 50](#), de 17/11/2023. Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio. Exclusão da condição *sub judice* e inclusão como candidato regular nos resultados divulgados por meio do Edital n. 47, de 27/09/2022.

[Edital n. 51](#), de 24/11/2023. Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio. Inclusão de candidato *sub judice* no resultado final do procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros e no resultado final do concurso público.

[Resolução n. 47](#), de 26/09/2023. Aprova anteprojeto de lei para criação de cargos comissionados destinados aos gabinetes dos juízes da 4ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 53](#), de 01/11/2023. Aprova anteprojeto de lei para criação de função gratificada e de cargo comissionado destinados à Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 57](#), de 07/11/2023. Aprova anteprojeto de lei que cria e extingue cargos comissionados e funções gratificadas na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, alterando a Lei n. 3226/2008.

[Resolução n. 59](#), de 21/11/2023. Revoga o artigo 6º da Resolução nº 27, de 31/11/2020, que disciplina as compensações por atividades extraordinárias não remuneradas, desempenhadas por magistrados do Tribunal de Justiça do Amazonas.

[Ato n. 926](#), de 30/11/2023. Declara a vacância da Serventia Extrajudicial do Cartório de Novo Airão/AM, devendo surtir seus efeitos jurídicos cabíveis.

[Lei n. 6.251](#), de 12/06/2023. Altera dispositivos da Lei nº 6.075, de 1º de dezembro de 2022, que cria cargos nas assessorias dos Juízes Auxiliares da Presidência, da Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça.

[Lei n. 6.608](#), de 05/12/2023. Cria cargos comissionados na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Lei n. 6.609](#), de 05/12/2023. Cria função gratificada e cargo comissionado na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Lei n. 6.610](#), de 05/12/2023. Cria e extingue cargos comissionados e funções gratificadas na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, alterando a Lei nº 3.226/08 com suas alterações.

## **7. EVENTOS E CAPACITAÇÕES**

Universidade Federal do Amazonas. [II Encontro de Compliance, Integridade e Governança. Tribunal de Justiça apresenta palestra sobre Boas Práticas de Integridade no Poder Judiciário](#). Realizado presencialmente em 09/11/2023.

Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. [VI Fórum de Governança do Poder Judiciário e II Encontro de Compliance, Integridade e Governança do TJAM](#).

Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. [Curso de Formação Inicial para servidores](#), realizado no período de 26 a 27/10/2023.

## **8. NORMAS, MANUAIS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS**

[Portaria n. 3832](#), de 27/09/2023. Institui grupo de trabalho para apresentação de minutas de atos normativos necessários à atualização do sistema de custas desta Corte.

[Resolução n. 51](#), de 03/10/2023. Dispõe sobre o plantão judiciário no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 01](#), de 03/10/2023 (Diretoria do Fórum Min. Henoch Reis). Regulamenta o controle de acesso às dependências do Fórum Ministro Henoch Reis, bem como critérios para autorização de atividades do interesse do privado ou de uso de bem público ao particular.

[Resolução n. 55](#), de 31/10/2023. Aprova a proposta de Emenda Constitucional que altera a alínea “n” do inciso I do artigo 72 e os incisos VI e VIII do artigo 113 da Constituição do Estado do Amazonas, assim como aprova o anteprojeto de Lei Complementar que modifica dispositivos da Lei Complementar nº 17/1997, alíneas “b” e “c” do inciso II do artigo 50, que dispõe sobre a competência das Câmaras Reunidas no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas.

[Resolução n. 54](#), de 01/11/2023. Modifica o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 56](#), de 07/11/2023. Dispõe sobre a estrutura e organização das atividades vinculadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 58](#), de 09/11/2023. Aprova o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 61](#), de 28/11/2023. Aprova o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas, bem como sobre o Regime Jurídico da Magistratura e a Organização dos Serviços Auxiliares da Justiça.

[Resolução n. 62](#), de 28/11/2023. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

[Portaria n. 4178](#), de 31/10/2023. Institui o Calendário Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para o exercício de 2024.

[Portaria n. 4535](#), de 28/11/2023. Estabelece horário de atendimento ao público interno e externo reduzido na Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP e suas Divisões, em razão do início dos procedimentos para a implantação e homologação do novo sistema de gestão de pessoas.

[Portaria n. 4611](#), de 30/11/2023. Regulamenta a utilização, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, do Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) instituído pela Resolução CNJ n. 483/2022, em sucessão ao descontinuado Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA).

[Portaria n. 4600](#), de 30/11/2023. Institui o Núcleo de Justiça 4.0 de apoio às Metas Nacionais às unidades judiciárias de 1º Grau no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 4684](#), de 05/12/2023. Fixa o calendário de pagamento de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para o exercício de 2024, e o calendário interno para recebimento de documentos da Folha de Pagamento de Pessoal, contendo a data-limite prevista para recebimento de processos e documentos que determinem pagamento ou alteração de valores na folha de pagamento de 2024.

[Portaria n. 4714](#), de 06/12/2023. Disciplina o funcionamento das unidades judiciais e administrativas durante o recesso forense de 2023/2024 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Lei Complementar n. 261](#), de 28/12/2023. Dispõe sobre a Divisão e a Organização judiciária do Estado do Amazonas, bem como sobre o Regime Jurídico da Magistratura e a Organização dos Serviços Auxiliares da Justiça. Revoga a Lei Complementar n. 17, de 23/01/1997, com as ressalvas indicadas no art. 184.